



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10373 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

### PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: TENSÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Nilceia de Andrade Vieira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

**Resumo:** No escopo de uma pesquisa de doutorado, ancorada em pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos e freireanos, este texto problematiza a participação das famílias na avaliação institucional de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de um município do Espírito Santo. Em uma abordagem qualitativa, com delineamento metodológico articulado à pesquisa narrativa de tipo investigação-formação, a produção de dados foi desenvolvida por meio de observação participante, aplicação de questionário, análise documental e entrevistas narrativas junto a professoras e trabalhadoras que atuam na instituição em 2019. Neste texto, focaliza-se a participação das famílias na perspectiva do Plano Municipal de Educação (PME) e de ações desenvolvidas no CMEI. A análise dos dados indica a consolidação dessa participação no PME e evidencia que as famílias participam, principalmente, de atividades que incluem as crianças ou que sejam fora de seu horário de trabalho. No caso da avaliação institucional de 2019, essa participação ocorreu exclusivamente por meio de respostas ao instrumento do *Google Forms*. Conclui-se acerca da necessidade de ampliar progressivamente a participação das famílias de modo que compreendam essa participação articulada com a política educacional vivida na escola.

**Palavras-chave:** Avaliação institucional. Educação infantil. Famílias.

No contexto de lutas e desafios que reafirmam a participação democrática como princípio constitucional (BRASIL, 1988), defendemos a educação como ato político e a escola[1] como um lugar em que podemos vivenciar e exercitar práticas de participação democrática, onde todas as vozes que compõem a comunidade escolar precisam ser reconhecidas, não como uníssonas, mas como expressões de pessoas que têm diferentes pontos de vista (FREIRE, 1992). E isso “[...] implica também ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretoras de escolas, delegados de ensino, professoras, supervisoras, comunidade científica, zeladores, merendeiras, etc.” (FREIRE, 1991, p. 35).

Com ancoragem em pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos e freireanos (BAKHTIN, 2010; 2011; FREIRE, 1991; 1992), em uma abordagem qualitativa e no escopo de pesquisa narrativa, compartilhamos dados e análises produzidos sobre a participação das famílias na avaliação institucional da educação infantil. Para esta discussão, dialogamos com

enunciados do Plano Municipal de Educação (PME), registros do diário de campo e narrativas de professoras e trabalhadoras que vivenciaram, em 2019, o processo avaliativo em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no município de Vitória, no Espírito Santo.

No diálogo com enunciados do PME (VITÓRIA, 2015), evidenciamos que a *produção de textos* (BALL, 2001; 2009) das políticas locais consolida a gestão democrática e a participação como pressupostos na educação no município. Em especial, na Meta 7, que focaliza a qualidade, a estratégia 7.10 prevê o compromisso de garantir a “[...] *participação da comunidade escolar* no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da *gestão democrática*” (VITÓRIA, 2015, p. 8, grifos nossos); e a estratégia 7.18 demarca a mobilização das famílias e setores da sociedade civil com o objetivo de “[...] ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais” (VITÓRIA, 2015, p. 10).

No enfrentamento de ameaças constantes às condições de participação em distintas instâncias sociais, salientamos que a conquista desses princípios no PMEIV expressa a trajetória de lutas e conquistas na educação pública municipal, resultante de mobilizações e reivindicações de professoras e trabalhadoras da educação fortalecidas por sua inserção em entidades, sindicatos e movimentos sociais. Nesse sentido, ao situar-se no mundo, com o mundo e com os outros, cada pessoa assume, do lugar único que ocupa (BAKHTIN, 2010), sua presença nesse mundo que “[...] não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (FREIRE, 2017, p. 53).

No contexto do CMEI, são planejadas e realizadas diversas atividades com a presença das famílias, como seminários de pais, atendimentos para compartilhar relatórios de avaliação das aprendizagens e desenvolvimento das crianças, eventos com apresentações das turmas e oficinas com as famílias nas quais as crianças também participam. Em suas narrativas, as professoras e trabalhadoras participantes enunciam que, quando podem estar com seus filhos e filhas e a permanência no CMEI não exige um longo tempo, as famílias participam do que acontece na instituição. Entretanto, ao planejar momentos com a presença somente dos adultos, há uma redução nessa presença das famílias.

Assim, para o ano de 2019, o esforço por maior envolvimento das famílias teve como ação elaborar um instrumento no *Google Forms* (com dimensões e indicativos semelhantes aos do instrumento impresso utilizado na avaliação institucional da rede municipal) e enviá-lo por e-mail aos familiares. Esse instrumento virtual foi encaminhado a cerca de 540 famílias três semanas antes do dia previsto em calendário para o encontro da avaliação institucional. Desse total de envios, 115 foram respondidos, dos quais 48 relacionados às crianças do matutino e 67 do turno vespertino. Na dimensão que avalia a qualidade da Gestão Democrática, a maioria dos familiares (83%) considerou que o processo se desenvolvia bem e afirmou conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Ação (PA) e o Projeto Institucional do CMEI. Em relação ao Conselho de Escola, a maioria (84%) respondeu que não conhecia os seus representantes e não participava das assembleias.

Ao analisar esses dados, integrantes da equipe gestora ponderaram que, provavelmente, os familiares entenderam o PPP e o PA como sendo parte do Projeto Institucional, já que os dois primeiros documentos não haviam sido tão divulgados junto às famílias como o último, indicando a necessidade de compartilhar mais detalhadamente a especificidade de cada documento. E quanto à participação no Conselho de Escola, ainda que consideremos a recente eleição que recompôs esse órgão colegiado, as narrativas da equipe gestora demarcam que a disposição dos representantes de pais e de crianças é grande, mas a disponibilidade de tempo é reduzida e às vezes dificulta a realização de reuniões de segmento com os outros pais que acabam não acontecendo com regularidade.

Desse modo, é possível afirmar que a participação das famílias na avaliação institucional de 2019 ocorreu exclusivamente por meio das respostas ao instrumento do *Google Forms*, uma vez que, no dia previsto para a atividade avaliativa presencial, somente dois familiares estavam no auditório; um deles, ao saber que o encontro seria durante toda a manhã, avisou que não poderia permanecer, pois havia pensado que a “reunião” teria no máximo uma hora de duração.

Assim, a participação de “toda a comunidade” na avaliação institucional implica, para além de nossos dizeres, um posicionamento político de defesa desse princípio democrático e a busca por condições objetivas e materiais para que isso ocorra. Ainda, essa desconsideração das condições talvez aponte para a necessária problematização dos discursos que produzimos sobre a participação: o desafio da coerência, que Freire muito nos lembra (1992; 2017) quando argumenta enfaticamente que, se de fato nos dispomos ao diálogo, precisamos buscar coerência entre o que pensamos, dizemos, fazemos e o que escrevemos.

Essas argumentações nos alertam acerca do pouco conhecimento de muitos familiares a respeito de documentos, procedimentos e ações que integram as dinâmicas de trabalho no CMEI. São constatações que indicam a necessidade de ampliar progressivamente a participação das famílias de modo que compreendam essa participação articulada com a política educacional vivida na escola. Ainda sinalizam a importância de movimentos formativos que incluam os familiares para que se situem quanto ao trabalho desenvolvido, reafirmando o tom dessa participação das famílias como conquista do coletivo, em especial na avaliação institucional.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BALL, S. J. Entrevista com Stephen Joseph Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Mainardes, J. & Marcondes, M. I. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2017.

VITÓRIA. *Lei n.º 8829, de 24 de junho de 2015*. Disponível em: <<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L88292015.html>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

---

[1] Aqui mantemos o termo utilizado por Freire (1992), ainda que, hodiernamente, a especificidade dessa etapa seja demarcada com a terminologia de “instituição de educação infantil”. No caso específico do lócus desta pesquisa, sempre nos referimos a ela como CMEI.